

REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Volume 3. Número 1. Janeiro a junho de 2019

ISSN: 2594-4754



REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – LAPPRUDES

Equipe Editorial

Editor Chefe

Profº Dr. Heron Ferreira Souza, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Conselho Editorial

Profª Dra. Silvana Lúcia da Silva Lima, Universidade Federal do Recôncavo, Brasil.
Profº Dr. Davi Silva da Costa, Instituto Federal Baiano, Brasil.

Comissão Editorial

Davi Silva da Costa, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Ivna Herbênia da Silva Souza, Universidade do Estado da Bahia, Brasil.
Emerson Clayton Arantes, Universidade Federal de Roraima, Brasil.
Carla Teresa dos Santos Marques, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Aurélio José Antunes de Carvalho, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Maria Auxiliadora Freitas dos Santos, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Sílvio Márcio Montenegro Machado, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Vivian Delfino Motta, Instituto Federal de São Carlos e Instituto Federal de Pernambuco, Brasil.

Comissão Científica

Profª Dra. Ágida Maria Cavalcante dos Santos, Universidade Federal do Amazonas, Brasil.
Profº Dr. Paulo Jose Lima Juiz, Universidade Federal do Recôncavo, Brasil.
Profº Dr. Marcelo Souza Oliveira, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Profª Dra. Rita Vieira Garcia, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Profº Dr. Roberto da Cruz Melo, Instituto Federal da Bahia, Brasil
Profº Dr. Rômulo Magno Oliveira de Freitas, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Profº Dr. Rômulo Vinícius Cordeiro Conceição de Souza, Instituto Federal de Pernambuco, Brasil.
Profª Dra. Sandra Nívia Soares de Oliveira, Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil.
Profª Dra. Silvana Lúcia da Silva Lima, Universidade Federal do Recôncavo, Brasil.
Profª Dra. Simone Varela, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Profª Dra. Terezinha Duarte Vieira, Universidade Federal de Viçosa, Brasil.
Profº Dr. Tiago Rodrigues Santos, Universidade Federal do Oeste da Bahia, Brasil.
Profª Dra. Horasa Maria Lima da Silva Andrade, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil.
Profº Dr. Hernandes de Oliveira Feitosa, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Profº Dr. Gilson Antunes da Silva, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Profº Adelmo de Souza Xavier, Instituto Federal da Bahia, Brasil.
Profº Dr. Alisson Jadavi Pereira da Silva, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Profº Dr. Davi Silva da Costa, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Profº Dr. Delfran Batista dos Santos, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Profª Dra. Dislene Cardoso Brito, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Profª Dra. Edite Maria da Silva Faria, Universidade do Estado da Bahia, Brasil.
Profª Edna Maria da Silva, Universidade Federal da Bahia, Brasil.
Profª Dra. Eva Aparecida de Oliveira, Universidade Federal de Goiás, Brasil.
Profª Dra. Felizarda Viana Bebé, Instituto Federal Baiano, Brasil.
Profº. Dr. Fernando Ferreira de Morais, Universidade Federal do Recôncavo, Brasil.
Profº Dr. Francisco Antonio Nunes Neto, Universidade Federal do Sul da Bahia, Brasil.
Profº Dr. João Batista Barbosa, Instituto Federal de Sergipe, Brasil.

Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial - LaPPRuDes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IFBaiano - ***Campus*** **Serrinha**
Estrada Vicinal de Aparecida, s/n, Bairro Aparecida, Serrinha - Bahia, CEP: 48700-000
Pavilhão Pedagógico, Sala 01. LaPPRuDes Revistas.
E-mail: revistamacambira.lapprudes@gmail.com

ISSN **2594-4754**

REVISTA MACAMBIRA
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 3. Número 1. 2019. ISSN 2594 – 4754
DOI: https://doi.org/10.35642

SUMÁRIO

EDITORIAL 4

FAMÍLIA "MARROM" BRASILEIRA: NOTAS SOBRE SUAS FACETAS MESTIÇAS 5-15
Antonio José de Souza

ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E IDENTITÁRIO: RE-CONSTRUINDO A HISTÓRIA DA COMUNIDADE DE SALGADO, EM SERRINHA-BA 16-35
Ana Paula A. Lopes e Ivna Herbênia da Silva Souza

O OLHAR DAS ÍNDIAS DA ALDEIA TUPINAMBÁ IGALHA SOBRE AS PLANTAS MEDICINAIS 36-44
Rilvaynia Dantas Soares, Ariana Reis Messias Fernandes de Oliveira, Gabrielle Bahia dos Anjos, Cosmira Vieira dos Santos e Fabiana Barbosa Reis



REVISTA MACAMBIRA
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 3. Número 1. 2019. ISSN 2594 – 4754
DOI: https://doi.org/10.35642

EDITORIAL

A REVISTA MACAMBIRA é um periódico científico multidisciplinar com foco em produções relacionadas às linhas temáticas do Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial - LaPPRuDes, especificamente: Educação do Campo, Educação em Agroecologia, Educação Ambiental, Agroecologia, Educação e Trabalho, Educação e Diversidade, Políticas Públicas, Estudos Agrários e Identidade Camponesa, Economia Solidária e Desenvolvimento.

Nesse sentido, temos a honra de divulgar para os leitores e demais interessados o volume 3, número 1 de janeiro a junho de 2019, com contribuições de Antonio José de Souza, que nos traz contribuições sobre a mestiçagem nas famílias brasileiras; contribuições de Ana Paula Lopes e Ivna Herbênia Souza que trazem uma abordagem sobre a estratégia de desenvolvimento local e identitário vivida pela comunidade Salgado; e por fim, Rilvaynia Dantas Soares, Ariana Reis Messias Fernandes de Oliveira, Gabrielle Bahia dos Anjos, Cosmira Vieira dos Santos e Fabiana Barbosa Reis trazem contribuições sobre o olhar das índias da Aldeia Tupinambá Igalha sobre as plantas medicinais.

Esperamos que os leitores da Revista Macambira possam apreciar e valorizar as importantes contribuições aqui trazidas pelo autor e autoras.

Desejamos a todos e todas boa leitura e convidamos a realizar submissão de seus trabalhos a REVISTA MACAMBIRA através do site www.revista.lapprudes.net.

REVISTA MACAMBIRA
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 3. Número 1. 2019. ISSN 2594 - 4754

ARTIGO / ARTICLE
DOI: https://doi.org/10.35642/rm.v3i1.261

FAMÍLIA "MARROM" BRASILEIRA: NOTAS SOBRE SUAS FACETAS MESTIÇAS

BRAZILIAN "MARROM" FAMILY: NOTES ABOUT ITS MESTIÇAS FACETAS

Antonio José de Souza
https://orcid.org/0000-0003-3416-5527

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC – UCSal). Grupo de Pesquisa Família, (auto)biografia e poética (FABEP/UCSal).
E-mail: tonnysouza@gmail.com

Recebido: 01 de março de 2019 **Aceito: 30 de junho de 2019**

RESUMO: O presente ensaio propõe, a partir do pensamento despretensioso, trazer elucubrações oriundas das leituras feitas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC/UCSal), bem como dos estudos sobre a categoria família e suas facetas híbridas e mestiças. Portanto, trata-se mais de um exercício epistêmico em si mesmo do que a promissão em oferecer respostas contundentes.
Palavras-chave: Identidades. Família. Mestiçagem.

ABSTRACT: This essay proposes, from the unpretentious thought, to bring up the lucubrations from the readings made in the scope of the Graduate Program in Family in Contemporary Society (PPGFSC / UCSal), as well as from the studies on the family category and its hybrid facets and crossbred. Therefore, it is more of an epistemic exercise in itself than the promise to offer blunt answers.
Keywords: Identities. Family. Mestiçagem.

ADVERTÊNCIA ACERCA DO TÍTULO

Perseguindo, atrevidamente, mas sem a mesma maestria, a ideia de Machado de Assis (2019) quando, na ocasião da primeira edição do seu livro de contos **Histórias Sem Data**,

publicado originalmente pela Editora Garnier, Rio de Janeiro, em 1884, escreve algumas advertências sobre o título da obra. Lanço mão dessa estratégia por um antigo hábito de criança: querer saber o nome de tudo. Isto posto, quem gosta de saber, costumeiramente, gosta também de explicar. Nessa continuidade, tomei emprestado a expressão 'marrom' do livro infanto juvenil de Ziraldo, **O menino marrom** (2013), que conta a história de dois meninos: um marrom e seu amigo, o menino cor-de-rosa. Personagens perguntadores e curiosos, dispostos em descobrir juntos os mistérios das cores. Vale destacar que a abordagem da cor como tema literário é contumaz nas obras do autor. Por exemplo o livro **Flicts** (2005), publicado em 1969, foi o primeiro livro de Ziraldo a ocupar-se da reflexão cromática. 'Flicts', nome de uma cor diferente e, por isso, rejeitada pelas outras cores que existem. Em **O menino marrom**, de 1986, Ziraldo apresenta uma nova perspectiva narrativa para um personagem negro, colocando-a como oposta as outras histórias infantis comuns na década de 1980, que representavam o negro de maneira vexatória (FREESZ, 2017). Por fim, 'marrom' tem aqui a semântica da hibridização e da mestiçagem.

EM UM PRELÚDIO NECESSÁRIO

Naquela tarde comum de final de março, juntei-me a um grupo modesto e empenhado em escutar as narrativas de mulheres angolanas[1]. E entre a cor retinta linda e lustrosa - o sorriso largo e o sotaque de lusofonias com sons abertos, ora fechados - falava-nos a pesquisadora sobre uma cultura irmã, enquanto denunciava tantos aspectos por mim até então ignorados. À proporção que a interlocução avançava, ouvi sobre os mestiços[2] angolanos, isto é: pessoas de ascendência africana e europeia, consequência da longa presença de portugueses em Angola, constituindo uma 'raça' distinta da branca e negra. Fiquei atento, pois a mesma medida do meu interesse pelo temário era, também, da minha insipiência.

Posto isto, o presente ensaio[3] propõe, a partir do pensamento despretensioso, trazer elucubrações oriundas das leituras feitas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC/UCSal), bem como dos estudos que fundamentaram a escrita do meu Projeto de Pesquisa[4]. Em razão disso, assenta o meu interesse em ensaiar sobre a categoria família e suas facetas híbridas e mestiças. Portanto, trata-se mais de um exercício epistêmico em si mesmo do que a promissão em oferecer respostas contundentes.

O DADO FACTUAL, UM CONTEXTO

Não sei precisar o momento exato em que passei a conjecturar sobre a vida. Mas, suponho ter sido ainda na tenra infância. Vejo-me numa compilação auspiciosa e profusa de

vezes em que pensei sobre o 'quem somos', 'de onde viemos' e 'para onde vamos'. Circunstâncias várias numa lembrança uníssona em forma de perguntas clássicas, clichês que sugestionam o desafio de provocar um autoconhecimento, ou mesmo, o reconhecimento do "outro" que circunda a nossa volta. Estive à procura dos 'outros' "que constituem a alteridade social e física [...] os outros, os pais, os professores, as crianças, os colegas, os amigos, os inimigos" (PINEAU, 2011, p. 26); acabei por me encontrar, a bordo da "locomotiva", deslizando pelo prefixo "'pós': pós-modernismo, [...] momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade." (BHABHA, 2013, p. 19).

Estive vivendo, cruzando, atravessando o 'além' fronteiriço do 'passado-presente' num movimento exploratório, como o termo francês *au-delà* apreende – com maestria –, "[...] aqui e lá, de todos os lados, para lá e para cá, para frente e para trás." (BHABHA, 2013, p. 19). Eu: primeira pessoa no plural "[...] para mostrar a pluralidade das formas e dos problemas implicados, sua complexidade, sua diversidade, suas contradições." (PINEAU, 2011, p. 26). Definitivamente, uma realidade em que nos defrontamos "com o desafio do Outro, com o desafio da responsabilidade pelo Outro, enquanto condição de existir-para [...]." (BAUMAN, 2007, p. 13).

Nesse sentido, parto do acontecido no mês de junho do ano passado (2018) com a cantora Fabiana Cozza[5], que é filha de mãe branca e pai negro – e vem se notabilizando pela força interpretativa do seu canto, bem como pelo engajamento na projeção da nossa cultura, inclusive através da cultura negra, extrapolando os limites endógenos, alcançando o mundo –, havia renunciado ao papel de Dona Ivone Lara[6] no musical "Dona Ivone Lara – um sorriso negro", após uma série de críticas sofridas, pois, segundo comentários, ela não teria pele negra legítima e justificável para interpretar a sambista. Em seu perfil em uma rede social, Fabiana publicou um desabafo em que, entre outros aspectos, explicava a decisão:

> Renuncio porque falar de racismo no Brasil virou papo de gente "politicamente correta". E eu sou o avesso. Minha humanidade dói fundo porque muitas me atravessam. Muitos são os que gravam o meu corpo. Todas são as minhas memórias. Renuncio por ter dormido negra numa terça-feira e numa quarta, após o anúncio do meu nome como protagonista do musical, acordar "branca" aos olhos de tantos irmãos. Renuncio ao sentir no corpo e no coração uma dor jamais vivida antes: a de perder a cor e o meu lugar de existência. Ficar oca por dentro. E virar pensamento por horas.

Definitivamente, Cozza, você e eu, somos partícipes e também consequências das engrenagens responsáveis pela formação do povo brasileiro diverso na cor da pele, crenças, costumes em razão da mestiçagem com as populações indígenas, brancas e negras. Contudo, o conceito de miscigenação mostra-se deveras confuso, visto que o termo mestiçagem, e

mesmo hibridismo, implica a mistura de elementos heterogêneos, delimitados e fixos, no entanto, o que se percebe, em determinados compêndios, é a tentativa de romantizar a composição identitária brasileira com uma suposta maleabilidade que favoreceu a mistura, produzindo, então, uma sociedade miscigenada harmônica, cândida e proporcional diante das diferenças próprias às culturas indígena, europeia e africana.

A IRREFUTÁVEL MESTIÇAGEM

A história do Brasil tem como marco inicial a chegada do homem primitivo na América, que, durante a sua marcha evolutiva, constituiu as estruturas tribais indígenas, tal qual os portugueses surpreenderam quando aqui atracaram. Isto posto, por volta do século XX, as expressões artísticas brasileiras estiveram impregnadas de ufanismo, com suas interpretações românticas e pacíficas do cruzamento entre os portugueses e os índios nativos, vendo na 'união do português com a índia' e, posteriormente, 'amaciada pelo óleo' da intervenção africana, uma bem-intencionada incorporação cultural, econômica e social, visto que a mistura entre raças passou a ser compreendida como um fenômeno único, original, e inteiramente favorável à sociedade brasileira, "considerada de modo geral, [...], um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena." (FREYRE, 2004, p. 116).

No entanto, nossa identidade[6] nacional está fatalmente vinculada a essa história pelas marcas da "[...] conquista, expropriação, genocídio, escravidão, pelo sistema de engenho e pela longa tutela da dependência colonial. [...] é a figura masculina dominante, cercada pela insígnia do poder, da ciência, do conhecimento e da religião [...]." (HALL, 2013, p. 33). Irrefutavelmente, a mestiçagem integra as relações raciais no Brasil, seja na sua configuração biológica (miscigenação), seja na sua configuração cultural (sincretismo cultural), ou mesmo a partir da hibridização, conceito responsável pela discussão em torno das demarcações identitárias e culturais, a fim de elucidar até que ponto os elementos embrionários são mantidos, após as combinações, uma vez que se combate a ideia de uma identidade integral, originária e unificada, sendo que

> [...] a própria ideia de uma identidade nacional pura, 'etnicamente purificada', só pode ser atingida por meio da morte, literal e figurativa, dos complexos entrelaçamentos da história e por meio das fronteiras culturalmente contingentes da nacionalidade [...]. (BHABHA, 2013, p. 25).

À vista disso, as palavras de renúncia da cantora Fabiana Cozza revelam o paradoxo de uma "[...] mestiçagem, que aparentemente aproxima e une, [mas] vem ferir o indivíduo negro que não corresponde ao tipo ideal, o qual [...] supõe a exclusão e a denegação da

identidade." (D'ADESKY, 2009, p. 69). Em outras palavras, ela renunciou, pois, a negritude[7] que a atravessa, gravando marcas indeléveis da raça no seu corpo e memória, não é suficiente. "'Somos daqui', 'somos deste lugar', pertencemos a este lugar." (BAUMAN, 2005, p. 24). No caso da Cozza, o veredito para sua questão identitária veio pelo "outro" que, por fim, a decretou como não sendo "uma pessoa deste lugar", isto é, para interpretar Dona Ivone Lara, faltava-lhe a negritude correspondente, logo, negra de menos, branca de mais. Esquecendo-se que a identidade é uma demanda imbricada com a política, "tanto na atividade produtiva de cada indivíduo quanto nas condições sociais e institucionais onde esta atividade ocorre. [Sendo assim,] [...] que possibilidades nós nos permitimos – a nós e aos outros – de, sendo nós mesmos, nos transformarmos [...]." (LANE, 1998, p. 10).

Portanto, ela é "pessoa do lugar", o que, em definitivo, não depende da minha outorga ou de quem quer que seja. Não é razoável a interferência de um dito paladino que, do alto do seu cavalo, vaga pelos complexos meandros da subjetividade e da identidade, postulando convicções e "certezas étnicas" que maculam o respeito à alteridade alheia. Afinal, trata-se de uma travessia pessoal pelas experiências culturais e identitárias que desembocam nas paulatinas ocasiões transformadoras e, muito em razão disso, reconhecemo-nos no liame com o "outro".

MESTIÇAGEM: CASO DE FAMÍLIA

Há pouco falei brevemente da mestiçagem freyreana substanciada no clássico de 1930, **Casa-Grande & Senzala**, no qual se encontra as formulações político-ideológicas também sobre a família patriarcal colonial brasileira, logo uma família chefiada por um patriarca – um 'Deus Pai' que, segundo Roudinesco (2003, p. 22) "é visto como a encarnação terrestre de um poder [...] é aquele que toma posse do filho [...] porque seu sêmen marca o corpo deste, depois porque lhe dá seu nome [...] que confere uma identidade.". Esse pai era, sem exagero, o senhor da família, exercendo primazia "sobre o corpo das famílias." (ROUDINESCO, 2003, p. 21). Nesse sentido, famílias (no plural) é bem apropriado, pois tal regência constituía-se no âmbito da família extensa, isto é, "[...], composta pelo casal nuclear e seus filhos, escravos e agregados, representava uma forma de proteção e sobrevivência de seus componentes." (FLEXOR, 2015, p. 32).

Cabe retomar o processo de miscigenação freyreana em que o intermédio se dava através da conjugação dos contrários, "[...] mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo." (FREYRE, 2004, p. 116). Para Flexor (2015, p.33) os negros escravizados eram beneficiados por essa convivência, tendo em vista

"a inclusão de um ou mais escravos no testamento de seus donos [...]. Normalmente eram escravos da casa do senhor. Muitas escravas chegaram à condição de mãe-preta, por terem criado, ou até amamentado, meninos brancos.".

Contudo, o senhor da casa-grande e da senzala, conduzia sua família revestido, também, de uma prerrogativa déspota natural, portanto 'um ideal de dominação' que justificava, entre outras coisas, a circunstancial infidelidade do marido e por consequência os seus 'bastardos' concebidos à exceção do casamento, fora da família (ROUDINESCO, 2003). Tal construção cabe ao Pai-senhoril de Freyre que no eminente crescimento de suas famílias e das demandas de suas casas-grandes, via a exigência de mão-de-obra feminina já que "os escravos eram essenciais para sobrevivência material dessas pessoas e, como se sabe, ocupavam a senzala, embora alguns fossem selecionados para servir à casa principal." (FLEXOR, 2015, p. 33).

Assim, segundo Chiavenato (1987) o pai-senhor 'enfastiado' dos serviços sexuais das índias, designam as negras mais atraentes para si. Evidentemente não poderia casar-se com elas, afinal existiam leis que proibiam a união entre branco e negra, mas não existia a proibição da prática sexual entre as raças. Nesse caso, os filhos dessa fusão – os mulatos – eram os 'bastardos', pois eram impedidos de serem assimilados pela família o que abalaria a estrutura de castas sociais.

> Esses senhores que arrancavam as negras mais belas das senzalas, instalando-as nos porões da casa-grande e fazendo-as subir para seus quartos, engravidando-as [...], quando viam nascer seus filhos simplesmente aproveitavam a sorte para aumentar o número de escravos. E escravos de mais valor, já que os mulatos e mulatos claros eram mais cotados. Era comum que esses pais-senhores vendessem seus próprios filhos. Havia escravos de todas as cores: mas desde que nascidos do ventre das negras, escravas, não importava quem fosse o pai. (CHIAVENATO, 1987, p. 140).

A partir dessa constatação, resta-nos ressaltar os malefícios e prejuízos respingados imprudentemente nas relações raciais no Brasil, em grande parte, decorrentes da popularização da teoria da democracia racial, que, na perspectiva de Gilberto Freyre (2004), é verificada pela liberalidade presente no encontro pluriétnico, assim como pela intercomunicação e até a composição simétrica de tradições diversas. Por isso, os índios foram "domesticados para o transcendental", enquanto o homem branco misturava-se "gostosamente" com as mulheres de cor, multiplicando-se por meio dos filhos mestiços, e demonstrando o quanto estavam predispostos a uma "colonização híbrida".

Dessa forma, uma vez que, pelo contato do homem branco português, se formou aqui uma sociedade agrária na estrutura econômica, híbrida de índio e mais tarde de negro, ver-se em uma "democracia racial" baseada na premissa de que a reunião das etnias e culturas

aconteceu de um "modo exitoso", provocando a formação de uma sociedade ausente de severas acomodações raciais e sem agressivos preconceitos. Entretanto, para Chiavenato (1987), a mestiçagem no Brasil, diferente do que se apreende de Freyre, por exemplo, de maneira nenhuma foi uma 'democracia racial e social', longe disso, pois os mulatos 'bastardos', oriundos do 'híbrido' de senhores patriarcais com negras escravizadas, são resultados de uma submissão factual.

> O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O "problema" seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente. Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. (NASCIMENTO, 2017, p. 84).

Com base no fragmento acima do intelectual Abdias Nascimento, trago para o debate o pensamento do antropólogo Antonio Risério, reconhecendo-o como uma voz bifurcada por trazer outra perspectiva para o debate sobre miscigenação, bem como por suas críticas, em especial, a Abdias Nascimento. Nesse sentido, foi publicado no site do Jornal Folha de São Paulo, no dia 16 de dezembro de 2017, uma entrevista em que Risério faz crítica às comemorações do 20 de novembro em que integrantes do Movimento Negro empunham uma faixa com os dizeres 'miscigenação também é crime' em alusão ao que foi cunhado por Nascimento. Por esse ângulo, Risério diz que o slogan racialista exibido nas manifestações da Avenida Paulista é um "[...] apartheid amoroso-sexual no país", pois com o combate à miscigenação em voga "[...] passa-se do 'lugar de fala' ao 'lugar de cama'". Isto posto, em meados da entrevista, Antonio Risério faz crítica à seguinte citação de Abdias Nascimento (2017, p. 83):

> [...] já vimos que um dos recursos utilizados foi o estupro da mulher negra pelos brancos [...], originando os produtos de sangue misto: o mulato, o pardo, o moreno, o parda-vasco, o homem-de-cor, o fusco, e assim por diante [...] o mulato prestou serviços importantes à classe dominante. [...] o erigiram como um símbolo da nossa "democracia racial". Nele se concentram as esperanças de conjurar a "ameaça racial" representada pelos africanos. E estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil.

Nesse seguimento, a entrevista passa ser centrada no objetivo de "anatomizar" e "dissecar" o registro acima nos seguintes termos: i) os mestiços também se envolveram em rebeliões combatendo a 'elite senhorial branca', edificando e vivendo em quilombos e constituindo lideranças em revoluções; ii) a miscigenação não é e nem pode ser um método sectário e partidário, ou seja, constituída com o intuito de branquear a população; iii) o enfoque dado por Abdias Nascimento à miscigenação é anacrônica, pois, na atualidade, não

pode ser entendida como 'violência contra a mulher negra'; iv) afinal, existem uniões interraciais (preto e branco) acontecendo como o assentimento e cumplicidade das partes; v) e por fim, a proximidade com as velhas e retorcidas estruturas do 'racismo científico' (séc. XIX) que acreditavam no branqueamento da população brasileira mediante a imigração e miscigenação, já que preponderaria a hereditariedade branca – esquecendo-se que se a miscigenação branqueia, também escurece, 'assim o genocídio do negro seria o suicídio do branco', conclui Antonio Risério.

O "FINALE"

Portanto, o discurso que tencionou a renúncia de Fabiana Cozza tem um coeficiente de "expulsão", um "princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição. [...] Era através de suas palavras [...] o lugar onde se exercia a separação." (FOUCAULT, 2013, pp. 10-11). Isto posto, a cantora teria "dormido negra [...], acordado 'branca' aos olhos de tantos irmãos", revelando uma celeuma originada na diáspora negra e na miscigenação diversa no interior das sociedades "hospedeiras". Pai preto, mãe branca e a diversidade multicultural tangível, por conseguinte, "[...] identidades plurais, mas também identidades contestadas, em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades." (WOODWARD, 2014, p. 22).

Por certo o episódio de contestação identitária, protagonizado por Cozza, tem um substrato nas desigualdades existentes na sociedade brasileira, pois 'em termos de cor' entre negros e mulatos, percebe-se uma discriminação em favor do mulato. Por isso, sabe-se que no interior da população negra e mestiça não existe o homogêneo, contudo um amálgama inicialmente político, quer dizer: "levar o mulato a se identificar não com o branco[8], não com a rejeição à luta contra o preconceito, mas levá-lo a aceitar a sua condição de negro e fazer com que sejam negros todos os que possuam caracteres de origem." (FERNANDES, 2017, p. 93). Alcançamos um movimento político mais agregador e unificado, se no passado, mulatos e mestiços não estavam subjetivamente preparados para assumir uma pauta afirmativa, hoje parte do movimento negro se reconhece como heterogêneo, plural e com várias nuances, inclusive nos aspectos ideológicos, nas formas de atuação política.

Isto posto, concordo com a advertência acerca da concepção de uma "homogeneização" de diferentes termos, mas também da cor. Parece-me anacronismo, uma tentativa estúpida de retorno a uma época em que mulatos/mestiços tinham horror de ter suas situações raciais descobertas e alardeadas e, nesse sentido, era "reconfortante" ter documentado na certidão de nascimento a "cor parda".

Estou convencido de que Fabiana Cozza, diferente de tantas negras "retintas", vivenciou o caráter dúbio e ambíguo do mestiço, através da existência do preconceito que "tolera" a mestiçagem, considerando, no processo de hibridização do negro com o branco, a possiblidade de se tornar "agente de civilização", pois "[...] quanto mais o negro se aproximar do branco pela tez, pelos traços do rosto, nariz afilado, cabelos lisos, lábios finos, maiores as suas possibilidades de ser aceito." (BASTIDE; FERNANDES, 1959, *apud* GOMES, 2010, p. 146). No entanto, não se justifica que sua identidade seja descaracterizada, transfigurada em identidade moribunda, "morta-ainda-viva". Portanto, é preciso "ser outro, mas com vida", o que deixará de acontecer se o entrincheiramento persistir entre nós, negros de nuances diversas, afinal, é onde habita o torpor e o perigo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – (FAPESB) pela concessão da Bolsa de Estudo vinculada ao desenvolvimento do Projeto de Pesquisa que resultará na tese de doutorado. Agradeço também a Secretaria Municipal de Educação de Itiúba/BA (SEDUC) por autorizar o afastamento das minhas atividades pedagógicas, recebendo salário integral.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. O ensaio como forma. *In*: COHN, G.; FERNANDES, F.; ADORNO, T. W. **Sociologia**. Tradução de Flávio R. Kothe. São Paulo: Ática, 1986.

ASSIS, M. de. **Histórias sem data**. Biblioteca do Senado. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242830 >. Acesso em: 05 fev. 2019.

BAUMAN, Z. **A vida fragmentada**: ensaios sobre a moral pós-moderna. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2007.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

CHIAVENATO, J. J. **O negro no Brasil**: da senzala à Guerra do Paraguai. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

D'ADESKY, J. **Pluralismo étnico e multiculturalismo**: racismos e anti-racismos (*sic*) no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

FERNANDES, F. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo, 2017.

FLEXOR, M. H. O. História da família no Brasil (parte 1). *In:* BASTOS, A. C. de S.; et al. (Orgs). **Família no Brasil**: recurso para a pessoa e sociedade. Curitiba: Juruá, 2015. p. 23-66.

FOLHA DE SÃO PAULO DIGITAL. **Movimentos negros repetem lógica do racismo científico, diz antropólogo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/12/1943569-movimentos-negros-repetem-logica-do-racismo-cientifico-diz-antropologo.shtml>. Acesso em: 08 abr. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Caderno especial:** veja a definição de cor do brasileiro. São Paulo, domingo, 25 de junho de 1995.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FREESZ, L. A identidade pela cor: uma análise da obra O menino marrom, de Ziraldo. **Darandina Revisteletrônica** – Programa de Pós-Graduação em Letras/ UFJF – volume 10 – número 1 – Junho/2017. p. 1-14.

FREYRE, G. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

GOMES, N. L. Uma dupla inseparável: cabelo e cor da pele. *In*: BARBOSA, L. M. de A. *et al*. **De preto a afro-descendente**: trajetórias de pesquisa sobre relações étnicoraciais no Brasil. São Carlos: EdUFSCar, 2010. p. 137-150.

HALL, S. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Cláudia Álvares, Francisco Rüdiger e Sayonaram Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

LANE, S. T. M. Prefácio. In: CIAMPA, A. da C. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 9-11.

MUNANGA, K. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2017.

PINEAU, G. Histórias de vida e alterância. *In*: SOUZA, E. C. de (Org.). **Memória, (auto)biografia e diversidade***:* questões de método e trabalho docente. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 25-40.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.

SOUZA, A. J. de. Ser ou não ser negro, eis a questão!. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 10, n. 26, pp. 220-233, out. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/647>. Acesso em: 08 abr. 2019.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: SILVA, T. T. da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 7-72.

ZIRALDO. **Flicts**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2005.

ZIRALDO. **O menino marrom**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2013.

NOTAS DO AUTOR

1- Apresentação da Drª. Florita Cuhanga António Telo (UFBA) acerca da pesquisa, realizada no âmbito do doutoramento, intitulada: Autonomia reprodutiva entre mulheres angolanas – narrativas e escolhas.
2- Observe que nesse trabalho os substantivos são apresentados e flexionados no gênero masculino, no entanto concernentes também ao gênero feminino, apenas por uma questão de estrutura textual. Mas, ressalto que não pretendo com isso reforçar velhas crenças patriarcais ou falocêntricas, nem mesmo discutir aspectos culturais e sociais das relações entre os sexos.
3- Sobre ensaio, sugiro que considerem a compreensão de Adorno (1986) a respeito da proximidade com uma autonomia estética sem compromisso com 'algo definitivo', distanciando-se das regras e determinações. Nesse sentido, o ensaio está vinculado ao pensamento diante da vida e das 'questões suspensas', até mesmo, para o ensaísta.
4- Título do meu Projeto: "EU SOU A OVELHA 'NEGRA' DA FAMÍLIA?!" Memórias de professores negros e homossexuais, sob a orientação da Profª Drª Elaine Pedreira Rabinovich (FABEP/UCSal).
5- Reproduzo em parte o artigo que escrevi intitulado: Ser ou não ser negro, eis a questão! (SOUZA, 2018), pulicado na Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (a)s Negros (a)s (ABPN).
6- Yvonne Lara da Costa, mais conhecida como Dona Ivone Lara, foi uma cantora e compositora brasileira, conhecida como Rainha do Samba e Grande Dama do Samba.
7- Como o conceito de identidade varia de acordo com o referencial teórico, busquei em Bauman (2005) uma proposta mais atualizada. O sentido que Bauman (2005) dá para identidade parte da compreensão de um tempo em que as relações adquirem um significado escorregadiço, liquefeito e, consequentemente, fadado a desembocar na foz da situação tendenciosa; adotando o contorno, desde que revele pendor ao contexto determinado. Por isso, é eloquente a compreensão de que as "identidades" se agitam ao vento e entre várias, algumas tremulam por nosso próprio discernimento, enquanto que outras são infladas e arremessadas por pessoas próximas, bem como distantes de todo e qualquer lugar. Por conseguinte, estou falando de um momento assinalado por determinadas transformações que estabelecem uma fronteira, todavia, não arraigada e nem tão perceptível entre o que é "moderno" e "pós-moderno." (BAUMAN, 2005, p. 310).
Segundo Munanga (2012, p. 58), a partir do caráter biológico ou racial, "[...] a negritude seria tudo o que tange à raça negra; é a consciência de pertencer a ela.".
9- Como aconteceu no censo do IBGE de 1976 (ver: Folha de S. Paulo, 25 de junho de 1995) quando, em resposta à pergunta "qual a sua cor de pele?", a população brasileira da época constituiu uma lista com 136 tons de pele. Eis alguns tons: "morena-jambo", "café com leite" "quase negra", "mestiça", "queimada do sol" e "puxa para branco". Essa quantidade significativa de definições cromáticas da pele seria consequência da ideologia do branqueamento, ou seja, o processo que pressupõe a herança da raça branca como superior e capaz de sobrepor-se à herança das consideradas raças inferiores? Ou seria, apenas, posições várias revelando a predisposição a uma negociação no Brasil em relação à cor?

REVISTA MACAMBIRA
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 3. Número 1. 2019. ISSN 2594 - 4754

ARTIGO / ARTICLE
DOI: https://doi.org/10.35642/rm.v3i1.250

ASSOCIATIVISMO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E IDENTITÁRIO: RE-CONSTRUINDO A HISTÓRIA DA COMUNIDADE DE SALGADO, EM SERRINHA-BA

ASSOCIATIVISM AS A STRATEGY FOR LOCAL AND IDENTITY DEVELOPMENT: RE-BUILDING THE HISTORY OF THE COMMUNITY OF SALGADO, IN SERRINHA, BAHIA, BRAZIL

Ana Paula A. Lopes
http://orcid.org/0000-0003-4986-6203
Mestranda em Intervenção Educativa e Social, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: anapaulaa.lopes@hotmail.com

Ivna Herbênia da S. Souza
http://orcid.org/0000-0003-1613-9739
Doutoranda do Programa de Pós Graduação Interinstitucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento - DMMDC pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: herbeniasouza@gmail.com

Recebido: 16 de maio de 2019 **Aceito: 27 de junho de 2019**

RESUMO: O presente artigo intitulado de "Associativismo como estratégia de desenvolvimento local e identitário: re-construindo a história da comunidade de Salgado, em Serrinha-BA.", se constitui um desdobramento da pesquisa-ação desenvolvida como trabalho para conclusão do curso de Especialização em Inovação Social pelo IF Baiano - Campus de Serrinha-BA. O objetivo do artigo se constitui em compreender como se configuram as práticas associativistas na comunidade do Salgado, e suas implicações no processo de transformação local. Em termos metodológicos optamos pela abordagem de pesquisa qualitativa, onde permeamos pelas etapas da pesquisa-ação: diagnóstico; planejamento; execução e avaliação, com o auxílio de ferramentas de metodologias participativas, a exemplo das rodas de conversas, do mapa mental e da linha do tempo. Os resultados do artigo revelam que as vivências associativas na comunidade se iniciam por meio de um processo forjado no seio dos movimentos religiosos, das rezas. Esses processos associativistas tomaram uma forma maior após a consolidação da

Associação Comunitária. Os moradores por meio da participação ativa se tornaram protagonistas e encamparam a luta pelos direitos sociais, inaugurando assim, ações e estratégias de desenvolvimento local e identitário. Contudo, a investigação traçada neste estudo não se encerra no escopo deste trabalho, de modo que novas pesquisas são necessárias sobre o assunto aqui abordado.
PALAVRAS-CHAVE: Associativismo. Movimentos Religiosos. Memória.

ABSTRACT: This article entitled "Associativism as a strategy of local development and identity: re-building the history of Salgado community, in Serrinha-BA.", constitutes an unfolding of the action-research developed as part of the conclusion work for the Specialization course in Social Innovation by the IF Baiano - *Campus* Serrinha-BA. This article's purpose is to understand how the associative practices in the Salgado community are configured, and their implications in the process of local transformation. In methodological terms, we opted for a qualitative research approach, where we permeate the stages of action-research: diagnosis; planning; execution and evaluation, with the help of participatory methodologies, such as the wheels of conversation, mental maps and timeline. The results of the article revealed that the associative experiences in the community begins through a process forged in the religious movements of prayers. These associative processes took a larger form after the consolidation of the Community Association. The residents, through active participation, became protagonists and fought for social rights, thus inaugurating actions and strategies for local development and identity. However, the research outlined in this study does not fall within the scope of this work, so, further research is necessary on the subject addressed here.
KEYWORDS: Associativism. Religious Movements. Memory.

INTRODUÇÃO

Esse estudo se constitui um desdobramento da pesquisa-ação desenvolvida como trabalho para conclusão do curso de Especialização em Inovação Social com ênfase em Agroecologia e Economia Solidária, pelo Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano IF Baiano), Campus de Serrinha-BA. O objetivo do artigo se constitui em compreender como se configuram as práticas associativistas na comunidade do Salgado, e suas implicações no processo de transformação local.

Em termos metodológicos optamos pela abordagem de pesquisa qualitativa, onde permeamos pelas etapas da pesquisa-ação: diagnóstico; planejamento; execução e avaliação, com o auxílio de ferramentas de metodologias participativas, a exemplo das rodas de conversas, do mapa mental e da linha do tempo.

A ideia de associar interesses comuns a partir de iniciativas de cooperação é bastante antiga, porém, somente a partir de meados de 1990 é que as discussões ganharam consistência através da perspectiva do desenvolvimento local e social sob novas concepções, as quais emergiram da concepção de sustentabilidade. Ou seja, o conceito tradicional de desenvolvimento deu lugar ao conceito de desenvolvimento local, associado aos adjetivos de integrado e identitário.

Presente nesse contexto se encontra o associativismo, constituindo-se em exigência histórica para melhorar a qualidade da existência humana, isto é, para melhorar as condições de vida dos sujeitos de um determinado local, pois faz com que a troca de experiências e a convivência entre as pessoas se constituam em oportunidade de crescimento, desenvolvimento e transformação local, a partir do ideal da cooperação.

Nessa perspectiva, o associativismo, vinculado à Economia Solidária, se constitui um instrumento concreto que serve para o enfrentamento da sociedade capitalista, pois que, se apresenta como um movimento social, com possibilidades de transformação social, onde a cooperação, por sua vez, passa a ser a força indutora que modifica comportamentos e abre caminhos para incorporar novos conhecimentos. Mais do que isso, o associativismo junto à economia solidária possibilita a construção de processos emancipatórios, onde coloca os atores sociais no centro da transformação local.

Num contexto mais local, observa-se que o Território do Sisal historicamente carregou as marcas visíveis do processo de colonização brasileira, pautadas na "concentração da propriedade, da riqueza e do poder" e foi marcado por profundos contrastes sociais, pelas manobras e cooptação quase sempre da burguesia local." (NASCIMENTO, 2009, p. 34).

Desse modo, em meio a este contexto local, restaram aos atores e atrizes do Território do Sisal apenas duas alternativas: a submissão ou a ruptura. A partir daí, foi-se criando, gradativamente, uma cultura de mobilização social, protagonismos e práticas associativas oriundas da crescente convicção em torno da relevância de um projeto coletivo de sociedade. (NASCIMENTO, 2009).

No âmbito da mobilização social, inaugurada no território, a práxis destas ações, emanou do catolicismo progressista e social, à medida que foi firmando-se a dimensão de comunidade traduzida pelo espírito de ajuda e solidariedade, baseado no fortalecimento da consciência política e coletiva. (BATISTA NASCIMENTO, 2009).

Desta forma, a dimensão educativa da participação no Território do Sisal teve relação com o trabalho pedagógico iniciado pelas pastorais católicas, continuado outrora pelo Movimento de Organização Comunitária (MOC).

Todavia, os atores e atrizes do campo, desejosas por uma participação política mais efetiva, começaram a driblar a resistência, as vozes silenciadas e resignadas, rumo à ocupação dos espaços, a tomada de consciência da própria realidade, suas formas de intervenção, subsistência e convivência, abarcando, assim, uma luta norteada pela pluralidade dos direitos, e à contraposição à cultura hegemônica e autoritária dentro do território, buscando ações estratégicas para o desenvolvimento local e identitário.

Contudo, a investigação traçada neste estudo não se encerra no escopo deste trabalho, de modo que novas pesquisas são necessárias sobre o assunto aqui abordado.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO DA PESQUISA

Inicialmente, a pesquisa foi realizada com 20 (vinte) mulheres, inclusive eu. Em muitos dos nossos encontros sempre havia a presença de crianças, filhos e filhas, netos e netas das participantes, que quase sempre participavam das atividades. Sentimos dificuldade no início, pois que, o planejamento do encontro sofria alterações para se adequar a realidade, tanto das crianças quanto dos mais velhos. Aos poucos, as crianças eram trazidas para a discussão, algumas vezes dava certo, outras vezes não, por conta da timidez dos menores.

Figura 01: Moradores da Comunidade do Salgado reunidos para atividade.



Fonte: imagem do acervo da autora da pesquisa.

Todas elas têm um perfil em comum: uma faixa etária entre 5 a 60 anos sustentaram suas famílias com base, ora no trabalho da agricultura familiar, ora com o artesanato da palha do licurizeiro (uma planta nativa da caatinga) e, acima de tudo, mãos com os mesmos calos que ajudaram a tecer fio a fio a história da comunidade de Salgado.

A comunidade de Salgado, por sua vez, fica a 16km da sede da cidade de Serrinha-BA, chegando a se aproximar a poucos quilômetros da cidade de Teofilândia-BA. Segundo relato dos moradores, a comunidade cresceu muito durante os últimos tempos. Foi possível observar que as casas são muito distantes umas das outras e que extensão de terra da comunidade é vasta. Existem aproximadamente 160 casas e mais de mil pessoas residindo por lá. Conforme a imagem da Figura 04 abaixo, percebemos que a comunidade de Salgado fica nas proximidades entre as comunidades de: Maravilha; Vertente; Cana Verde e Serrote.

Figura 02: Estrada da Comunidade de Salgado



Fonte: imagem do acervo da autora da pesquisa.

DESENVOLVIMENTO LOCAL E IDENTITÁRIO: UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas, levando em considerações, sobretudo, a dinâmica dos territórios. (BUARQUE, 2002).

Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Quando falamos em desenvolvimento local, estamos nos referindo não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro (BUARQUE, 2002).

O conceito de identitário e ou identidade vem sendo construído ao longo da história, com as mais variadas matrizes, culturais e sociais. No Brasil, a identidade do povo, por conta,

principalmente da pluralização, está em constante construção, e não possui traços específicos.

A história do conceito de identidade é marcada por aspectos que variam segundo o período e o local, de acordo com os valores coletivos e realidades sociais mutantes, ou, em outras palavras, conforme as variações culturais ocorridas no âmbito de uma dada comunidade (definida por gêneros, idade ou condições socioeconômicas, por etnia, crenças ou categorias de trabalho, em âmbito local, regional ou nacional).

Podemos considerar a identidade em dois níveis: a individual e a coletiva (Ibánez, 1990 *apud* Wollmann, 2011). A identidade individual diz respeito à personalidade, o "eu" de um sujeito, que de uma forma geral, pode ser colocada como conjunto de fatores internos (instintos, características herdadas, pulsões – únicos para cada indivíduo) e fatores externos (sociais, culturais, históricos, ideológicos, etc.). É um processo permanente que segue o indivíduo por toda a sua vida. (BAPTISTA, 2005).

A identidade coletiva/social é a identidade e individualização de um grupo cultural que se expressa diante de estímulos externos, diferenciando-se de outros grupos. Essa identidade se fundamenta na cultura, porém, difere-se dela, já que a cultura une um grupo, e a identidade o diferencia dos outros. Nesse sentido, o processo identitário:

> Constituído pela relação de processos de igualdade e de diferença. A memória da própria história é a condição para apreensão deste elemento de igualdade da identidade, que constitui o eixo da biografia pessoal. Identidade, portanto, referir-se-á sempre a uma totalidade em permanente transformação. Esta totalidade é fruto de processos complexos que se dão individualmente no nível biológico de cada um, na sua corporeidade, no nível intraindividual através da consciência e atividade, e no nível interindividual considerando as relações de indivíduos e grupos. A complexidade destes processos envolve ainda a questão dos mesmos estarem em interação, através de composições e oposições o que confere o caráter de semelhança e diferença tanto em relação a si mesmo, como na relação de cada um com os outros que guardam pequenas ou grandes semelhanças ou diferenças entre si. Esta totalidade pode representar um indivíduo, um grupo de pessoas, um conjunto de ideias. (BAPTISTA, 1996, 1995).

Portanto, a identidade está relacionada ao sentimento de pertença do povo ao território em que vive, onde deve desenvolver o sentido de pertencimento a sua terra, seu jeito de ser, sua musicalidade, sua cultura, seu sotaque, suas crenças, sem que isso desvalorize outras identidades de povos distintos e grupos da humanidade, uma vez que a singularidade identitária e cultural é o que embeleza ainda mais o campo brasileiro.

A identidade é subjetiva, pois é construída a partir das vivências de cada indivíduo na família e na sociedade, sob a influência das relações sociais, dos padrões culturais e do

contexto social em que o sujeito está inserido. As identidades são flutuantes, algumas elas são lançadas desde quando nascemos, pelas pessoas a nossa volta, outras são escolhidas e determinadas por nós mesmos, em outras circunstâncias sociais particularmente quando se trata das infâncias. (BAUMAN, 2005).

Para o autor as identidades não são sólidas, mas líquidas, pois dependentes dos caminhos percorridos, das relações de pertencimento, especialmente, para aqueles marginalizados da globalização, envolvidos nas consequências desastrosas do projeto frustrado de colonização. Portanto, as identidades são percebidas como tentativas constantes em refazer e reinventar a própria história de vida na relação consigo mesma e com os diversos campos sociais.

Portanto, o enfoque do desenvolvimento local e identitário possui uma visão integrada de todas essas dimensões, já que não é possível separar a interdependência existente entre elas. Além disso, a compreensão de desenvolvimento local e identitário nessa pesquisa, parte do sentido de pensar e agir sobre a realidade, a partir das ações comunitárias e de caráter coletivo, respeitando as singularidades do local, suas potencialidades e a valorização do saber, das experiências.

"UM PAU DE LENHA VOCÊ PODE PEGAR E QUEBRAR, MAS UM FEIXO DE LENHA, NUNCA VAI QUEBRAR": OS PROCESSOS ASSOCIATIVOS PELAS MÃOS DOS MORADORES DA COMUNIDADE DE SALGADO

> "Um pau de lenha você pode pegar e quebrar, mas um feixo de lenha, você pode até colocar debaixo do pé, mais nunca vai quebrar. A associação é a mesma coisa." (ENTREVISTA DE JUREMA, 2018).

Durante muito tempo, a comunidade de Salgado vivenciou as marcas do verdadeiro abandono político, porém, os moradores, por meio da tomada da consciência coletiva, foram se organizando e por meios de iniciativas coletivas, conseguiram vários benefícios que melhoraram a qualidade de vida na comunidade e proporcionou condições dignas de sobrevivência àquele lugar.

De modo geral, o Território do Sisal historicamente carregou as marcas visíveis do processo de colonização brasileira, pautadas na "concentração da propriedade, da riqueza e do poder" e foi marcado por profundos contrastes sociais, pelas manobras e cooptação quase sempre da burguesia local. (BATISTA NASCIMENTO, 2009, p. 34).

Em meio a este contexto local, restaram aos atores e atrizes do território do sisal apenas duas alternativas: a submissão ou a ruptura. A partir daí, foi-se criando,

gradativamente, uma cultura de mobilização social, oriunda da crescente convicção em torno da relevância de um projeto coletivo de sociedade. (BATISTA NASCIMENTO, 2009).

Desse modo, no âmbito da mobilização social, inaugurada no território, a práxis destas ações, emanou do catolicismo progressista e social, à medida que foi firmando-se a dimensão de comunidade traduzida pelo espírito de ajuda e solidariedade, baseado no fortalecimento da consciência política, coletiva e emancipatória e desenvolvendo assim, estratégias de desenvolvimento local e identitário. (BATISTA NASCIMENTO, 2009).

Nessa perspectiva, desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. (BUARQUE, 2002).

Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Quando falamos em desenvolvimento local, estamos nos referindo não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro. O enfoque do desenvolvimento local possui uma visão integrada de todas essas dimensões, já que não é possível separar a interdependência existente entre elas.

Em meio a esse contexto, a comunidade desperta para o desejo e a necessidade da organização coletiva, que é o momento onde é constituída a associação da comunidade. A Associação Comunitária de Salgado (ACS) tem vinte e dois anos de história e de luta coletiva, atrelada a uma história religiosa, com forte influência da igreja católica. De acordo com as narrativas, os moradores nem sabiam por onde começar, mas iniciaram:

> Eu sou sócia fundadora da associação... A gente nem sabia como começar, sem saber direito como era, mas ai começamos a nos reunir... Eu sei que depois da nossa associação a gente adquiriu conhecimento ne, e até os projetos mesmo. Quantos projetos a gente num já conquistou por meio da associação? (ENTREVISTA DE MACAMBIRA, 2018).

A moradora Macambira avalia a constituição da Associação como fundamental para o desenvolvimento local. Reviver toda essa história e compartilhar conosco, deixou a

moradora Macambira saudosa. Dava pra ver pelo olhar. O olhar dela parecia ir longe, como quem atravessava o horizonte e podia imaginar os detalhes dessa história.

Um dos detalhes que percebi conversando com as moradoras, é que elas têm um apreço enorme pela associação, um sentimento de pertencimento carregado de subjetividades, falam da associação com os olhos brilhando. Um exemplo disso é a moradora Aroeira e a Moradora Angico:

> Em 96 foi a fundação da associação, mas antes disso, um ano e pouco foi que discutimos a necessidade de fundar... Ai eu comecei a participar das reuniões da APAEB com Nilton, ai Nilton fazia uns curso falando sobre cidadania, ai eu fui me envolvendo... Miguel Arcanjo foi um dos fundadores. A partir das reuniões da igreja ele sentiu a necessidade de fundar a associação, mas antes já tinha um trabalho de Nilton que tinha as frentes de trabalho [...].” (ENTREVISTA DE AROEIRA, 2018).

> Na época eles não tinham conhecimento do que era uma associação, mas tinha um cabra eleitoral na comunidade que é Ze Dionisio, que era muito amigo de seu Miguel, que foi ajudando. Na época aquela sede era de Damiana, uma irmã de seu Miguel disse: a partir de hoje ou vocês compram a sede, ou vocês procuram um lugar pra se reunir... Na época era mil e nós só tinha 500, e a gente só recebia 90 por mês. Ai apareceu um homem chamado Zé Maria, ai nos encorajou fazendo torneio, festas, bingo, pra conseguiu o restante dos 500... Foi muita luta pra conseguir comprar a sede. Na época os aposentados que podia davam mais, dava 10, 20[...]. (ENTREVISTA DE ANGICO, 2018).

Muitas narrativas dos moradores revelam que muitas lideranças comunitárias adquiriram mais conhecimento após a participação na Associação, que proporcionou o engajamento em outros espaços e nos movimentos socais. Ao que parece a Associação se constitui um espaço de educação não-formal e se assemelha ao processo de ação-reflexão-ação, defendido por Paulo Freire.

Na relação dos processos educativos desenvolvidos através da Associação Comunitária, percebemos que nestes espaços cobra-se um perfil de trabalhador criativo, “que saiba compreender processos, e incorporar novas ideias, tenha velocidade mental, saiba trabalhar em equipe, tome decisões, incorpore e assume com responsabilidade, tenha autoestima, sociabilidade e atue como cidadão.” (GOHN, 2005, p. 98).

Elementos semelhantes a estes, também aparecem na fala da moradora Xique-Xique e da moradora Quixaba:

> Quando eu ia pras reuniões eu ficava sempre de fora, eu não sabia muito sobre a associação, seu Miguel chegava, mandava eu assinar o livro, mas eu achava que ali eu não podia ser sócia. Depois de um tempo, Renilda entrou na diretoria e eu fui me engajando aos poucos. Ai surgiu um projeto na

> APAEB, e nisso era pra levar o nome de três jovens, eu lembro que na época era eu, Luclecia e Marisa. Ai eu fui selecionada... A partir da associação veio o desenvolvimento da comunidade, hoje a gente tem um posto de saúde, as cisternas, quase todo mundo tem [...]. (ENTREVISTA DE XIQUE-XIQUE, 2018).

> Uma das coisas que eu acho interessante aqui na comunidade é que se agente convoca o povo, eles tão ali, se vai fazer uma festa, eles tão ali rente... Nos formamos um grupo de jovens aqui na comunidade, a gente corria atrás de projetos na linha do social, nos pensamos em fazer uma granja comunitária, na primeira gestão de Osni Cardoso, dona Helena era secretária, e fizeram um projeto piloto do galinheiro móvel, um projeto pensado pela gente. Teve aula de computação, informática e cidadania [...]. (ENTREVISTA DE QUIXABA, 2018).

A partir das narrativas das moradoras acima, percebemos que a história da comunidade está atravessada pela força do associativismo, que se caracteriza pelo sentimento de solidariedade, de necessidade de organização, de convivência, onde se debruçaram na construção de estratégias para transformar a realidade local e fortalecer a identidade da comunidade.

Nesse contexto, ao que parece, a pujança dessa luta que marcou a comunidade, um período mais que o outro, foi motivada pela ausência do Estado e das políticas públicas. Nesse sentido o associativismo se constitui uma forma organizada de ações coletivas empiricamente localizáveis e delimitadas, "criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução ou demandas comunitárias." (SCHERER-WARREN, 2001, p.42).

Já no contexto do meio rural, o associativismo pode ser entendido como um instrumento de luta dos pequenos produtores, proporcionando a permanência na terra, elevação do nível de renda e de participação como cidadãos. Nessa dimensão, a ACS não se constitui apenas uma organização de pessoas com pauta própria e com objetivos comuns para proporcionar uma melhor reprodução econômica de seus sócios, mas, sim, uma organização mais complexa com objetivos também de caráter social, desempenhando importantes e complexas funções por meio de estatutos e regimentos. (RICCIARDI; LEMOS, 2000).

O associativismo surge, de modo geral, motivado pela necessidade de pensar respostas para as mazelas sociais. Num contexto político abalado nacional e internacionalmente pela difusão de movimentos mais contestatórios e combativos, pautados na defesa das minorias: negros, mulheres, etc., o catolicismo progressista teve um papel preponderante no questionamento do modelo de democracia vigente no país, conforme

mencionamos no capítulo anterior. Estimulados pelo trabalho das CEBs, principalmente na década de 80, essa conjuntura acabou por refletir nas bases sociais das comunidades rurais do Território do Sisal, sobretudo, com a criação do Movimento de Organização Comunitária (MOC). (BATISTA NASCIMENTO, 2009).

Desta forma, o surgimento do MOC no Território do Sisal e na região se constituiu um marco histórico, pois que, além de inaugurar e de desenvolver processos de convivência com o semiárido, se constituiu uma Organização Não Governamental (ONG), fomentadora de práticas associativas na região.

Desse modo, os atores e atrizes do campo, desejosas por uma participação política mais efetiva por meio do associativismo, começaram a driblar a resistência, rumo à ocupação dos espaços, a tomada de consciência da própria realidade, suas formas de intervenção, subsistência e convivência, abarcando assim, uma luta norteada pela pluralidade dos direitos, e à contraposição, à cultura hegemônica e autoritária dentro do território. (BATISTA NASCIMENTO, 2009).

Durante o processo de escuta das narrativas, sentimos a necessidade de historiografar as narrativas de uma pessoa que não é morador da comunidade, mas que desenvolveu ações de extensão rural. Isso porque identificamos que poucos moradores sabiam contar de fato como se deram os processos de participação social e conquista dos direitos, já que muitos moradores mais antigos já não estavam mais nesse plano terrestre.

Por conta dessa falta de memória ou amnésia, vimos a necessidade de dar voz a um sujeito que não é da comunidade, mas que possui um sentimento de pertencimento muito nítido. A partir daí, compreendemos que "a memória, a qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro." (LE GOFF, 2013, p.437).

Enquanto geradora da identidade, a memória pode ser mutável e vislumbrada como sendo participante de sua construção, uma vez que a própria identidade de uma sociedade, realiza certas seleções da memória, e ainda dá forma às predisposições que vão conduzir o indivíduo a incorporar alguns aspectos particulares do passado. (LE GOFF, 2013).

As memorias materializadas, do ex-técnicos agrícola que acompanhou a comunidade durante muito tempo evidenciaram os laços afetivos que construiu na comunidade e as labutas que ele presenciou. O ex-técnico que é da comunidade vizinha, a Vertente, esclareceu que a história de organização e participação social está atrelada á história da Vertente e á um Programa desenvolvido na época, chamado de Legião Brasileira de Assistência (LBA). Esse

programa distribuía cestas básicas para as famílias carentes e pare-nos que é a partir daí que a comunidade começa a despertar para as políticas públicas:

> [...] A comunidade de salgado nasceu praticamente junto com a comunidade de vertente. Tinha um programa chamado de LBA que destituía alimentos para as famílias carentes. A comunidade escolhida para sediar o posto de distribuição desse programa foi a vertente. Assim sendo atendia todas as comunidades em torno de vertente: salgado, serrote, cana verde, maravilha até outras até da região de Biritinga [...] por conta desse programa foi se discutindo e se conhecendo políticas públicas que oportunizassem outros programas para as comunidades... além da distribuição de alimentos o programa passou a trabalhar com melhorias habitacionais, construía banheiros, melhorias de casa[...]. (ENTREVISTA DO EX-TÉCNICO).

> [...] a partir daí surgiu o interesse das comunidades criar suas próprias associações para criar sua própria independente, ai veio a comunidade de salgado que começou a se organizar e a discutir a criação da sua própria associação. Mediante esse período surge uma empresa chamada EMATER, uma empresa de assistência técnica e extensão rural que era ligado ao governo federal e estadual, que dentro do trabalho de sistematização e organização das propriedades eles trabalhavam também política pública de economia social nas comunidades e foi quem deu assessoria para que a comunidade se organizasse e criasse sua associação [...]. (ENTREVISTA DO EX-TÉCNICO).

No conjunto das narrativas dos moradores, ficou evidente que a moradora Dona Mocinha (*in memoriam*) tinha muita amizade com Nilton Freire, que era o coordenador do Programa LDA. Daí por diante, Dona Mocinha era responsável pela administração do programa na comunidade, coordenava e orientava os homens que desenvolviam trabalhos dentro do projeto (que trabalhos eram esses) e, em contrapartida, recebiam em alimentos, cesta básica.

Como o número de famílias carentes na comunidade era grande, Dona Mocinha pegava uma cesta básica e dividia para duas famílias. Com o passar do tempo, a comunidade foi se organizando e percebendo que eles e elas tinham muitos direitos. O ex-técnico revelou que:

> A EMETER continuou com os trabalhos na comunidade, desenvolvendo ações de convivência com o semiárido. No meio dos anos 90, lá pra 95, 96, a EMATER foi extinta e ai surge a EBDA e ai começou outro modelo de assistência técnica, ao lado disso também surge o MOC que começou a discutir com a comunidade a questão da cidadania e políticas sociais [...]. (ENTREVISTA DO EX-TÉCNICO).

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia (EMATER), mencionada acima é um órgão estadual responsável por desenvolver assistência técnica nas

comunidades rurais. Os trabalhos da EMATER não duraram muito tempo, logo o órgão foi extinto, e conforme explicou Luizinho, outro órgão que assumiu os trabalhos de ATER, tanto no Estado da Bahia, quanto na comunidade de Salgado, foi a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A (EBDA).

Nesse contexto, a assistência técnica, inicialmente, se constituiu um modelo mais voltado para atender aos interesses governamentais dispostos a implantar mudanças no sistema agropecuário, para atender aos interesses econômicos que projetavam na agricultura uma função importante no processo de desenvolvimento econômico desencadeado no segundo pós-guerra. (DIAS, 2008).

Os extensionistas foram principais responsáveis por implementar um modelo de produção conhecido com economia verde com difusão de tecnologias pesadas importadas que em nada dialogava com nossas especificidades ambientais e culturais.

Ao que parece, a presença das ações educativas do MOC na comunidade se constituiu um divisor de águas para galgar o desenvolvimento identitário e local e para a ressignificação da concepção de ATER. Como o MOC possui uma forte ligação e uma metodologia pautada na filosofia das CEBs e da Educação Popular, logo as suas ações foram norteadas por uma linha de ação que rompeu com o aspecto assistencial e com o catolicismo primitivo, priorizando duas dimensões básicas: a social e a econômica, voltando-se para a capacitação de grupos comunitários e organizações, a fim de que estes pudessem interferir na implementação de políticas públicas voltadas, especialmente para educação, a geração de emprego e renda.

Além disso, as práticas educativas desenvolvidas pelo MOC eram promovidas com o intuito dos agricultores poder se planejar melhor; valorizando os estoques disponíveis de seus produtos na comunidade e saber como negociar seus produtos no mercado. As práticas de ATER desenvolvidas pelo MOC ingressaram nesse processo e passou a protagonizar a formação das bases, através da discussão sobre cidadania, sobre as reais atribuições do sindicato, além da introdução da discussão acerca das relações de gênero debatendo o papel da mulher na sociedade, entre outros temas. (BATISTA NASCIMENTO, 2009).

Os elementos aventados nas narrativas dos moradores revelam que a partir do trabalho com a Associação que a comunidade foi despertando aos poucos e acessando políticas sociais. Os trabalhos do MOC na região contribuíram de modo significativo para que a comunidade pudesse construir o seu próprio protagonismo e acessar os primeiros projetos sociais para transformar a realidade local:

> Em 2000, 2001[...] a CAR constituiu muitas cisternas nessa comunidade, consequentemente veio outras construídas pelo MOC, mas até ai era cisterna pra familiar beber ne e captar agua da chuva... mas ai veio o P1MC e o P1+2, que a ideia era que se a família já tinha a primeira cisterna que era de consumo, a segunda agua seria para a produção. Seria pra ajudar a captar e armazenar água pra gerar renda, criar pequenos animais, construir hortaliças para consumo da família. (ENTREVISTA DO EX-TÉCNICO, 2018).

Nas narrativas, os moradores relembraram a dificuldade de acesso água que tiveram durante muito tempo e da transformação que houve depois da aquisição das cisternas. Em outra dimensão, os participantes relataram que por muito tempo pegaram água na cabeça e que quando o carro pipa chegava à comunidade era uma agonia pra ver quem conseguia pegar mais água.

Quando o carro pipa não ia até a comunidade, elas tinham que pegar a água no tanque e tinham que conviver com a verminose que a água não tratada do tanque causava no momento do consumo. O depoimento de Dona Ana e de Cristina retratam bem como era a realidade da maioria dos moradores da comunidade:

> Eu já carreguei muita água na cabeça porque não tinha um tanque. Quando eu consegui ganhar um tanque desse, melhorou minha vida e muito. Até hoje eu tenho ele. (ENTREVISTA DA MORADORA PALMA, 2018).

> Eu não acompanhei esse tempo tanto assim, mas eu lembro de umas das secas mais piores que eu já passei, que foi 92, 93, 94, não me lembro e lembro bem, que quando a gente morava no alto, que e vinha o caminha pipa, nois pegava o que tinha de balde em casa e nois corria, porque quando chegava lá no tangue da mãe de Malrina, esse povo da serra tudo já tava lá, todo mundo, num guentava ve uma suada de carro não, quando dizia: "óh o caminhão de água, o tangue do carro já tava quase seco. Eu nunca vou esquecer disso, das cisternas que foi por meio do PETI e de outros projetos que a associação se organizou e veio os benefícios e veio as cisternas, consequência dos projetos né e, nos libertou. Nos libertou daquele sofrimento, das dores de barriga, enfim [...]. (ENTREVISTA DA MORADORA XIQUE-XIQUE, 2018).

O grupo era misto, com mulheres mais velhas e outras mais novas. Gerações diversas. Crianças, também, participavam dos nossos encontros e das atividades, então era possível ter uma compreensão da realidade a partir de diversas gerações. Esses depoimentos retratam bem a problemática da "indústria da seca" e da falta de políticas públicas de acesso à agua.

Historicamente, a mídia e a cultura burguesa venderam uma falsa imagem do semiárido, propagando que por aqui era impossível de se viver, colocando a seca (um aspecto natural do bioma da caatinga) como uma problemática. A seca, nesse sentido, no contexto

do assistencialismo e do carlismo no território do sisal, servia para angariar o "voto de cabresto": as pessoas vendiam o voto por uma carroça d'água, um caminhão pipa, etc.

Essa realidade foi sendo desconstruída aqui no território, a partir do trabalho educativo do MOC, que sempre buscou trabalhar as problemáticas sociais a partir da realidade dos sujeitos.

Os moradores frisaram que os projetos nunca eram desenvolvidos na comunidade de modo isolado, mas eram realizados em diálogo com demais projetos. Essa era a metodologia do MOC segundo eles e, por isso que ao mesmo tempo em que essas famílias eram beneficiadas com o PETI, programa do governo Federal, elas por outro lado, eram também beneficiadas com o Projeto cabra escola; Projeto de aquisição de cisternas; Projeto Baú de leitura na escola; Projeto Estruturar, etc., a fim de garantir a continuidade das ações.

> Quando eu entrei no Prosperar eu lembro que Luizinho sempre citava que nos tina que ser jovem exemplo na comunidade. Como era que a gente ia incentivar o agricultor a cultivar uma horta se nois não tinha[...] ai eu trazia sempre essa proposta pra mãe porque eu ia plantar mais as vezes eu não dava conta, eu estudava de manhã e de tarde eu trabalhava nos primeiros meses do projeto eram 8 dias de formação e 8 dias na roça, então eu tinha que ter o apoio dela ne, ai a partir daí mãe começou cultivar horta e gerar renda [...]. (ENTREVISTA DA MORADORA XIQUE-XIQUE, 2018).

> Além do cultivo do feijão do milho e mandioca, ai todo sábado ela tava na feira vendendo, ai partir daí ela começou as primeiras propostas da feira agroecológica de serrinha, teve uma feira na UNEB e ela levou uma bacia de coisa e pensou eu não mãe tava inserida na primeira feira agroecológica de serrinha, vendeu pro PENAE, projetos que a APAEB coordenou, até hoje ela tá inserida na feira e em outros espaços, para mim é orgulho [...]. (ENTREVISTA DA MORADORA XIQUE-XIQUE, 2018).

Outro acontecimento que marcou a comunidade foi a execução do Projeto Estruturar, desenvolvido em parceria com o MOC e o COGEFUR. De acordo com informações contidas no site do MOC, a finalidade do projeto era gerar renda para as famílias do semiárido baiano e difundir as técnicas de produção agroecológica, participação social e convivência com o semiárido baiano.

O Projeto Prosperar possuía um caráter inovador e desafiador para a região do semiárido, pois que, além disso, o projeto buscava envolver os jovens egressos do PETI para atuarem na área de Assistência Técnica (ATER) junto as suas comunidades de pertença. Os Jovens Multiplicadores foram capacitados pelo MOC com o apoio das entidades do movimento social da região e trabalharam de 2002 a 2008 com 12,8 mil famílias que faziam parte do PETI. Os Jovens Multiplicadores de ATER receberam na época, uma bicicleta e

um kit com camisa, boné e bolsa de trabalho, sendo que o projeto envolveu 310 jovens de 32 municípios das Regiões do Sisal, do Jacuípe e Piemonte.

As famílias beneficiadas pelo Prosperar I e II e as novas famílias inclusas foram capacitadas e receberam crédito para investir nas propriedades e também foram acompanhadas por um jovem que tinha como fundamental papel, mobilizar e socializar informações entre os agricultores familiares de seus municípios. O MOC era responsável por todo trabalho educativo, pedagógico e de formação e já o COGEFUR era a entidade responsável para operacionalizar o recurso via Cooperativa de Crédito, junto às famílias. O COGEFUR executa esse projeto até os dias atuais, no entanto, com recursos próprios.

De lá pra cá, o número de famílias assistidas cresceu significativamente. Os ganhos maiores com o projeto, foi o protagonismo dos jovens rurais enquanto agentes de ATER, a ampliação do número de famílias em transição para a agroecologia, as experiências dos agricultores e agricultoras sendo sistematizadas e difundidas, a organização da demanda local por crédito, a criação de novas linhas de financiamento para COGEFUR com o recurso de reembolso, a realização de feiras agroecológicas, a constituição dos grupos produtivos de mulheres, e o acesso dos produtos no mercado institucional através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A Associação despertou ainda entre os associados o sentimento de união, amizade (além de fortalecer as existentes, são criadas novas) relação familiar (pois muitos se veem com uma família) e reconhecerem a importância de manter e fortalecer esse vínculo afetivo para que ocorra tudo bem e não haja desentendimentos no âmbito da associação; embora, sempre haverá aquele/aquela que esteja com pensamento contrário ao que foi acordado pela maioria. E, poderá implicar em algum tipo de desafeto, no entanto, se esses forem trabalhados, essa situação poderá ser contornada.

O que os associados expressaram como desejo maior, é que as pessoas possam entender o verdadeiro sentido da associação. Porque alguns acreditam que tem pessoas que não se associam, por não compreender o papel da associação na comunidade. Outro desejo é que os sócios participem ativamente das reuniões, não apenas quando tem algum benefício para receber. E que outras pessoas se interessem em associar-se também, para que a associação cresça. O crescer que elas esperam, não é entendido somente no espaço físico, mas também no reconhecimento interno e externo, no aumento do número de sócios, de projetos e benefícios para o associado e para a comunidade como um todo.

Em meio a tanta emoção, nos encontros e nos momentos de comunhão e partilha e compartilhamento de suas vivências e suas histórias de vida, evidenciou-se que em meio a

todas essas conquistas da associação, em meio à vivência coletiva e, os moradores, sobretudo, as mulheres foram ganhando autonomia, galgando e participando de outros espaços. Muitas estão no processo de gestão da Associação dos Pequenos Agricultores e Agricultoras de Serrinha-BA (APAEB Serrinha), nos espaços das Cooperativas de Crédito e de Produção, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serrinha-BA.

A constituição da ACS abriu as portas para o engajamento em outros espaços. Muitos saberes foram construídos pelos moradores nesse processo das práticas associativistas. Nesse sentido, fica evidente que os processos educativos não acontecem somente no interior dos espaços formais de ensino, como a escola, por exemplo.

Nessa perspectiva acreditamos que esse campo da educação vem ao longo do tempo se estruturando, que é o campo da educação não formal, a qual aborda processos educativos fora das escolas, em processos organizativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo Movimentos Sociais, ONGs e outras entidades sem fins lucrativos, que atuem na área social. (GOHN, 2005).

No contexto da economia solidária, o associativismo está sendo apontado nas dimensões econômica, social e política como resposta aos efeitos do capitalismo financeiro. Desta forma, no contexto dessas associações e dos saberes que são acumulados por meio das práticas associativistas, percebemos que o associativismo se apresenta como responsável pelo desenvolvimento local e identitário, diante da crise do mundo do trabalho e das relações sociais de modo geral. (CASAROTO FILHO, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mas do que propor conclusões definitivas e esgotar todas as discussões, o nosso objetivo nesse presente estudo foi compreender como se configuram as práticas associativistas na comunidade do Salgado, e suas implicações no processo de transformação local. No traçar dos passos e na construção das relações, buscamos compreender em quais momentos da história da comunidade a solidariedade se evidenciaram com mais força.

Diante disso, a nossa Pesquisa-ação, intitulada de "Associativismo como estratégia de desenvolvimento local e identitário: re-construindo a história da comunidade de Salgado, em Serrinha-BA", trouxe alguns elementos, que agora pretendemos apresentar.

A pesquisa foi construída com os moradores da comunidade de Salgado, em sua maioria mulheres, lideranças, agricultoras, mães e que assumiram ao longo do tempo um o

desafio de mudar a realidade da comunidade e que nessa oportunidade de intervenção sentiram a necessidade de "re-construir a história da comunidade".

Pelo próprio caráter da pesquisa, fomos desenhando o caminho metodológico e experimentando as etapas da pesquisa-ação: o diagnóstico; o planejamento; a execução e a avaliação. O caminho não foi linear e nem tranquilo. Foi conturbado, por vezes doloroso, mas, também, prazeroso.

Nesse processo, pesquisamos, intervimos, compartilhamos e aprendemos a ser, umas com as outras. Utilizamos ferramentas de metodologias participativas, tais como: a linha do tempo, o mapa mental; rodas de conversas e a história oral. Realizamos cinco oficinas e algumas visitas para colher as narrativas. Como produto final das nossas ações, elaboramos uma cartilha com as narrativas sobre a história da comunidade, bem como um vídeo com os diversos depoimentos dos moradores que foram apresentados à comunidade. Os moradores se fizeram sujeitos participantes do processo que foi coletivo, foi construído por meio de subjetividades, de histórias, crenças e valores.

No processo de construção teórico-metodológico, fizemos uma revisão de literatura e buscamos algumas reflexões sobre economia solidária, seus princípios, valores que alicerçam as práticas solidárias e a sua relação com os processos de cidadania e emancipação política dos sujeitos.

Quando nos voltamos para análise das narrativas coletadas no cenário da pesquisa, concluímos que a história da comunidade do salgado é marcada pela participação social, e que foi ao longo do tempo tomando outra dimensão, tomando a dimensão do associativismo, materializado pela constituição da Associação Comunitária. A constituição da Associação foi outro elemento que trouxe grandes conquistas para a comunidade, além, do engajamento social, da emancipação política dos moradores e da ocupação de espaços estratégicos de poder.

Ressaltamos ainda, que todas as inquietações e debates não se esgotarão aqui, mas servirão de norte para estudos futuros. Deste modo, ainda que em muitos momentos se colocasse como um grande desafio e apesar das limitações foi extremamente gratificante a realização desta Pesquisa, e ressaltamos que o mesmo contribuiu de forma significativa para a nossa acadêmica, profissional e, sobretudo, humana.

Destarte, ao resgatar questões, sentimentos e ideias expressas neste fértil momento de discussão, caminhamos com a certeza de que estamos contribuindo para a continuidade do debate, para a abertura e a tensão de novas frentes de reflexão e intervenção nas universidades, nas organizações públicas, nos movimentos sociais, nas ONGs.

Acreditamos ainda, que as questões suscitadas aqui poderão servir como referencial para posteriores estudos na área da educação não formal, agroecologia e economia solidária e, além disso, poderá servir para a reflexão a dos próprios moradores da comunidade do Salgado no processo de retomada e intensificação da participação social ativa, engajamento e emancipação política.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA: FAEPE, 1997.

BALDISSERA, Adelina. **Pesquisa-ação: uma metodologia do "conhecer" e do "agir" coletivo.** In: Sociedade em Debate, Pelotas, 7(2):5-25, Agosto/2001.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

BORDENAVE, Juan, E. Diaz. **O que é Participação Social**. São Paulo: Brasiliense, 1983;

CANTERLE, Nilsa Maria G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento.** Francisco Beltrão: Ed. Unioeste, 2004. Disponível em: https://www5.unioeste.br/portalunioeste/. Acesso em: 19 ago. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Ed. 11, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DALLARI, Dalmo. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998;

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 5 ed. São Paulo. Cortez, 2001.

DIONE, Hungues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Hungues Dione. Tradução Michel Thiollent. Brasilia: Liber Livro Editora, 2007.

FARIA, Andréa Alice da Cunha. **Ferramentas do diálogo – qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico.**

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Conviver o sertão – origem e evolução do capital social em Valente/BA**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003.

NASCIMENTO, Telma Regina Batista. **Dimensão educativa da participação das trabalhadoras rurais na gestão do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares de Serrinha**. Dissertação de Mestrado. UNEB. Salvador. 2009 (Mimeo).

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1998.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez,1985.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado**. São Paulo: Paz e terra, 1992.

REVISTA MACAMBIRA
LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 3. Número 1. 2019. ISSN 2594 - 4754

ARTIGO / ARTICL
DOI: https://doi.org/10.35642/rm.v3i1.247

O OLHAR DAS ÍNDIAS DA ALDEIA TUPINAMBÁ IGALHA SOBRE AS PLANTAS MEDICINAIS

THE VIEW OF THE INDIGENOUS WOMEN OF THE TUPINAMBÁ IGALHA VILLAGE ON MEDICINAL PLANTS

Rilvaynia Dantas Soares
https://orcid.org/0000-0002-4736-5483
Engenheira Agrônoma, Mestre em Agronomia. Docente no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus* Uruçuca.
E-mail: rilvaynia.soares@ifbaiano.edu.br

Ariana Reis Messias Fernandes de Oliveira
https://orcid.org/0000-0002-8086-4831
Engenheira Agrônoma, Doutora em Recursos genéticos vegetais. Docente no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus* Uruçuca.
E-mail: ariana.oliveira@ifbaiano.edu.br

Gabrielle Bahia dos Anjos
https://orcid.org/0000-0002-6085-5364
Tecnóloga em Agroecologia Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus* Uruçuca.

Cosmira Vieira dos Santos
https://orcid.org/0000-0002-7061-1910
Tecnóloga em Agroecologia Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus* Uruçuca.

Fabiana Barbosa Reis
https://orcid.org/0000-0003-4537-4586
Tecnóloga em Agroecologia Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Uruçuca.

Recebido: 14 de dezembro de 2019 Aceito: 20 de fevereiro de 2020

RESUMO: "O olhar das mulheres indígenas sobre as plantas medicinais" foi um projeto de extensão que aconteceu no ano de 2018, financiado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano. Neste projeto foram realizadas rodas de conversa com as índias das aldeias para saber o olhar delas sobre as plantas medicinais que elas utilizavam. Foi possível observar que elas possuem um vasto conhecimento sobre as plantas medicinais, no entanto, acreditam que esse conhecimento está sendo perdido, pois os mais jovens não valorizam. Elas utilizam além das plantas medicinais na cura de doença, o serviço de saúde com medicamentos alopáticos, principalmente para controle de doenças como hipertensão e diabetes. Após a realização das rodas e coletas de dados, as bolsistas retornaram para montar uma horta na escola infantil. Esse projeto possibilitou a formação de extensionistas mais conscientes da importância do conhecimento indígena e de se preservar esse conhecimento, respeitando-o.
Palavras-chave: Extensão rural. Conhecimento indígena. Conhecimento tradicional.

ABSTRACT: "The view of indigenous women on medicinal plants" was an extension project that took place in 2018, funded by the Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano. In this project, conversations were held with the Indians of the villages to learn about the medicinal plants they used. It was possible to observe that they have a vast knowledge about medicinal plants, however they believe that this knowledge is being lost, as the younger ones do not value it. In addition to medicinal plants, they use the health service with allopathic medicines, mainly to control diseases such as hypertension and diabetes. After carrying out the rounds and collecting data, the scholarship holders returned to set up a vegetable garden at the children's school. This project made it possible to train extension workers who are more aware of the importance of indigenous knowledge and to preserve that knowledge, respecting it.
Keywords: Rural extension. Indigenous knowledge. Traditional knowledge.

INTRODUÇÃO

Plantas medicinais são aquelas que possuem princípios ativos que lhe conferem uma ação terapêutica; são usadas no alívio e cura de doenças nos animais e nos seres humanos. A utilização das plantas medicinais na cura de enfermidade é tão antiga quanto à própria humanidade. No Brasil, o uso medicinal de algumas plantas, sofreu influência, principalmente, de três povos: os índios, os portugueses e os africanos que foram escravizados. Os portugueses trouxeram em suas caravanas diversas plantas exóticas, entre elas, algumas medicinais. Muitas dessas espécies exóticas são usadas ainda hoje. Os africanos contribuíram com as espécies medicinais trazidas da África, que eram usadas não somente para cura de enfermidades, como também, nos rituais religiosos. Os índios que aqui viviam, antes da descoberta do Brasil, já faziam uso de diversas espécies medicinais nativas para a cura de doenças. Essas espécies são de extrema importância, e esse conhecimento tradicional não pode ser desprezado e esquecido. Como ressaltam os pesquisadores Lindenmaier e Putzke, 2011 parte do conhecimento tradicional que se tem sobre plantas medicinais, provavelmente se origina a partir dos indígenas.

O conhecimento tradicional indígena é indispensável na evolução da humanidade, principalmente no que diz respeito às plantas medicinais, já que muitas são usadas ainda hoje na cura de doenças. Além disso, estudos como este podem ser importantes pois, segundo Hoeffel *et al.*, 2011, a preservação do conhecimento cultural de populações pode, também, auxiliar o manejo e viabilizar a conservação de áreas naturais.

Perder esse conhecimento é perder uma parte importante da nossa própria história. O conhecimento tradicional, de acordo com Oliveira (2014), é uma referência à soma de métodos adquiridos através de uma sociedade por meio do tempo.

Diante do exposto, o objetivo do Projeto foi realizar uma roda de conversa com mulheres indígenas sobre o uso de plantas medicinais, identificando e catalogando as ervas medicinais mais utilizadas pelas mulheres indígenas da aldeia tupinambá Igalha, Olivença – Bahia e sua importância para as famílias que as utilizam.

DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA

Foram realizados encontros na aldeia tupinambá Igalha, Olivença – Bahia, conforme disponibilidade das índias e da associação de mulheres. À primeira visita, a aldeia foi realizada com o objetivo de apresentar o projeto aos líderes da aldeia, ao Cacique, e a coordenadora da associação de mulheres.

Figura 1 - Mulheres indígenas da aldeia Tupinambá Igalha – Olivença, 2018. (Arquivo pessoal: ANJOS, G.).



Durante conversa com a líder das mulheres indígenas, ficou decidido que ela iria marcar uma reunião com todas as mulheres e, portanto, foi determinado que a próxima visita seria no mês seguinte. A segunda visita à aldeia foi realizada e estava presente um número significativo de mulheres na reunião, com idade de 21 a 82 anos. Nas visitas seguintes foram

realizadas rodas de conversa com o objetivo de saber se as mulheres indígenas faziam uso de plantas medicinais no tratamento de doenças e rituais religiosos.

Elas relataram que fazem uso das plantas medicinais no tratamento das doenças, porém, apesar de terem um rico conhecimento com as plantas medicinais, fazem uso de medicamentos químicos, pois a maioria dos adultos sofrem com hipertensão e diabetes e precisam fazer o controle dessas doenças com os medicamentos sintéticos. Na bibliografia consultada foi possível também perceber essa mudança de comportamento, pois de acordo com Vasconcelos e Cunha (2013) ao direcionar perguntas à aldeia estudada para questões relativas à utilização de medicina "ocidental", percebeu-se que a maioria (60%) já utilizam tais serviços de forma cotidiana, no entanto, como também acontece na aldeia estudada aqui, algumas pessoas da aldeia precisam de medicamentos sintéticos em virtude de doenças que necessitam de um controle mais rigoroso e, mesmo diante do exposto eles não abandonam as plantas e não duvidam do seu poder de cura.

Quando perguntado quais as doenças que mais os afligem, a resposta foi unânime: os adultos sofrem com hipertensão e diabetes e as crianças com bicho geográfico, frieira e bicho de porco. Em um estudo realizado por Rocha e Marisco (2016, p.159) com levantamentos etnobotânicos em comunidades indígenas no Brasil, as autoras relataram que:

> As doenças mais tratadas com plantas medicinais nas comunidades indígenas estão relacionadas a doenças do aparelho digestivo, as quais foram relatadas em todas as regiões brasileiras, seguidas do aparelho respiratório, e da categoria sintomas e sinais gerais que está relacionada com sintomas como dor de cabeça e febre.

Gripe, dor de cabeça e inflamação foram algumas das doenças relatadas pelos indígenas potiguaras da aldeia São Francisco, Litoral Norte da Paraíba, segundo estudo realizado por Vasconcelos e Cunha (2013).

Nas rodas de conversas as índias relataram que adquiriram o conhecimento de preparar remédios com plantas medicinais com seus antepassados e que encontram as ervas que utilizam na própria aldeia e que sabem da importância do conhecimento que possuem. Relataram ainda que buscam passar as tradições para os jovens, porém, a maioria dos jovens da aldeia não valorizam esse conhecimento e que são poucos que mantém a tradição. Alguns jovens da aldeia quando ficam doentes, dependendo da doença, se tratam com plantas medicinais, porém a maioria busca atendimento no posto médico.

O Chá foi a forma de uso mais citadas entre as índias (Quadro 1), o que corrobora com o levantamento realizado no trabalho de Rocha e Marisco (2016), quando citam que Chá e infusão foram as principais formas de uso de plantas para fins medicinais por

indígenas, independente da região brasileira outras formas de uso também foram citadas com menor frequência, como: maceração, tintura alcoólica e decocção. A folha foi a parte da planta mais citada para o uso.

As plantas mais utilizadas pelas índias na aldeia Tupinambá Igalha são: capim santo, canela de velho, hortelã, erva-cidreira e malmequer. Muitas das plantas que são utilizadas na aldeia são cultivadas pelos próprios índios e as que não são cultivadas podem ser encontradas espontaneamente nas proximidades. Já em pesquisa realizada por Leite e Marinho (2014) em comunidade indígena no município de Baía da Traição-PB, foi possível verificar que o capim-santo foi a que apresentou maior frequência de citações, seguida do barbatimão, aroeira, hortelã-miúda, o mastruz, a colônia e a erva cidreira.

Figura 2. Mulheres indígenas da aldeia Tupinambá Igalha, segunda roda de conversa – Olivença, 2018. (Arquivo pessoal: ANJOS, G.).



Em uma das visitas foi realizada uma dinâmica para entender o conhecimento dessas plantas medicinais que são usadas por elas e que estão tão próximas, muitas vezes nos quintais. A dinâmica consistia em que cada mulher pegasse uma planta que mais usa na aldeia e nos apresentasse, explicando o nome daquela planta, para que serve e como é feita. O quintal, de acordo com Leite e Marinho (2014) é o ambiente mais explorado para coleta e cultivo das espécies medicinais. Com essa dinâmica foram coletadas informações sobre as plantas utilizadas para cura de alguma enfermidade, assim como algumas espécies foram doadas pelas índias e levadas ao Instituto para posterior plantio no Horto de Plantas medicinais do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus* Uruçuca. As plantas medicinais citadas estão descritas no quadro abaixo.

Uma forma de preservar o conhecimento dessas mulheres é promover a troca de experiências com os jovens do local para que estes se sintam estimulados a preservar as tradições dos seus ancestrais. De acordo com Lindenmaier e Putzke (2011), a influência de outras culturas sobre os indígenas favorece para adição de outras plantas de diferentes localidades geográficas em seu conhecimento. Segundo Bastos (2007), em algumas sociedades tradicionais, o conhecimento sobre o poder curativo das plantas, foi e continua sendo transmitido oralmente às gerações posteriores. O registro escrito, também pode ser uma forma de eternizar todo esse conhecimento, o que reforça a importância da pesquisa científica com essas comunidades.

É importante e imprescindível salientar que esse artigo não indica nenhuma das plantas citadas, em qualquer tratamento de doenças. Esse artigo apenas faz um levantamento das plantas medicinais usadas pelas índias, demonstrando por elas total respeito, como também pelo conhecimento popular que elas possuem e que são transmitidos para futuras gerações e não devem ser perdidos.

Quadro 1. Plantas utilizadas, utilização na medicina popular e modo de preparo, de acordo com as mulheres indígenas da aldeia.

PLANTAS	PARA QUE SERVE?	COMO SÃO PREPARADAS?
Alumã	Queda de cabelo	Triturar as folhas no liquidificador juntamente com água.
Alumã	Dores estomacais	Chá
Alfazema	Hipertensão	Chá
Nin	Diabetes	Chá
Água de alho	Hipertensão	Dentes de alho na água
Quiabo	Diabetes	Quiabo na água
Algodão	Solta catarro	Bater com leite
Algodão	Corrimento vaginal	Chá
Canela de velho	Dores nas articulações, inflamação e diarreia	Chá
None (fruto)	Tratamento do Câncer	Bater a polpa com vinho branco
None (folha)	Anti-inflamatório	Chá
Capim santo	Hipertensão	Chá
Malmequer	Tratar Doenças estomacais e úlcera	Sumo das folhas com leite e mel
Malmequer	Tosse	Flores (xarope)
Folha da costa	Tosse	Xarope
Erva cidreira	Hipertensão	Chá
Alfavaca de cobra	Sarampo e diarreia	Chá
Alfavaca de cobra	Tratar Doenças estomacais	-
Sabugueiro	Tratar envelhecimento precoce	-

Bucha paulista	Sinusite	Chá
Boldo	Dores abdominais, digestão, cólica	Chá, maceração
Mastruz	Serve como anti-inflamatório	Chá e folhas maceradas
Hortelã grosso	Tratamento da gripe	Xarope
Elixir paregórico	Tratamento da cólica	Chá
Erva-doce	Tratamento da cólica (criança)	Chá
Hortelã	Tratamento da verminose	Chá
Melissa	Calmante, controle da pressão, dor de barriga	Chá
Nim	Diabetes, colesterol, inflamação	Chá
Nim	Inchaço	Imersão no álcool
Malva Branca	Inflamação	Chá
Bezetacil	Inflamação	Chá
Manjericão	Febre e gripe	Chá e sumo
Quioiô branco	Gripe	Xarope
Graviola (folha)	Veneno de cobra e cura de câncer	Tirar sumo com um pedaço de carvão

Segundo Rocha e Marisco (2016) estudos etnobotânicos com comunidades indígenas podem ser considerados de grande importância, já que esses estudos favorecem para preservação do conhecimento indígena bem como para estudos fitoquímicos e farmacológicos a fim de avaliar as propriedades terapêuticas das plantas citadas, até mesmo o seu potencial toxicológico.

No momento das entrevistas para a pesquisa percebeu-se grande orgulho das mulheres com relação aos seus conhecimentos empíricos. Atualmente, as mulheres indígenas estão nas articulações sociais e políticas, nas discussões sobre o patrimônio indígena e escola (BENITES, 2017) e na luta pela valorização dos saberes tradicionais (DOLLIS, 2017).

CONSIDERAÇÕES

As índias da aldeia Igalha possuem um vasto conhecimento sobre as plantas medicinais que utilizam na cura de doenças e entendem a importância que esse conhecimento seja repassado as futuras gerações, pois foi a forma que aprenderam, de geração para geração. A experiência com as índias transformou as extensionistas envolvidas no projeto, que passaram a respeitar ainda mais o conhecimento tradicional das índias e a respeitá-lo.

Com a troca de saberes e dinâmicas, algumas das plantas medicinais foram coletadas e trazidas, com autorização das índias para serem multiplicadas, e com isso as alunas montaram o Horto de Plantas Medicinais no IF Baiano *Campus* Uruçuca

Algumas dificuldades foram encontradas no desenvolvimento do projeto, principalmente relacionadas ao retorno das alunas para finalizar a horta na escola, visto que, o tempo do projeto foi curto para uma ação de extensão mais efetiva.

AGRADECIMENTOS

Ao IFBaino e PROEX pelo financiamento do Projeto e bolsas.

Ao Cacique por permitir a entrada na aldeia.

Em especial as índias da aldeia Tupinambã Igalha Maria das Neves S., Joselita Santos M. Melgaço, Geni Braz dos Santos, Sueli Guedes Felix dos Santos, Lucimara nascimento vila Nova, Edna Souza Amaral, Ana F. dos Santos, Edineia Bispo de Almeida, Ieda A. da silva, Janete Alves dos Santos do Carmo, Autacis Santos Oliveira, Ednalva Rocha dos Santos, Elaine Sousa dos Santos, Rosimeire Magalhães, Maria Raimunda C. Magalhães, Holga Santos e as demais que não foram citadas.

REFERÊNCIAS

BASTOS, G. M. Uso de preparações caseiras de plantas medicinais utilizadas no tratamento de doenças infecciosas. Fortaleza, 2007. 108 p. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Farmacêuticas). Universidade Federal do Ceará.

BENITES, Sandra. Viver na língua guarani nhandewa (mulher falando). 2017. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

DOLLIS, Nelly Barbosa Duarte. Nokẽ Mevi Revõsho Shovima Awe. 'O que é transformado pelas pontas das nossas mãos'. O trabalho manual dos Marubo do Rio Curuçá. 2017. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

HOEFFEL, J.L.M.; GONÇALVES, N.M.; FADINI, A.A.B.; SEIXAS, S.R.C. Conhecimento tradicional e uso de plantas medicinais nas APA's Cantareira/SP e Fernão Dias/MG. **Revista Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedad**e. Rio de Janeiro, [S. V.] n.1, p. 1-25, 2011. ISSN: 2238-1627.

LEITE, I. A., MARINHO, M. G. V. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais em comunidade indígena no município de Baía da Traição-PB. **Biodiversidade** - V.13, N1, 2014 - pág. 82.

LINDENMAIER, D.S.; PUTZKE, J. Estudo etnobotânico em três comunidades Mbya/Guarani na região central do Rio Grande do Sul, Brasil. SciElo, **Revista Caderno de Pesquisa**, Série Biologia, v. 23, n.3, p. 6-18, Santa Cruz do Sul. 2011. ISSN: 1677- 5600.

OLIVEIRA, J. J. DE. Estudos etnobotânicos em Três Lagoas /MS e sua potencialidade como Atrativo Turístico. Três Lagoas, MS. **Dissertação** de Mestrado apresentada na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS, Campo Grande. 2014.

ROCHA, R,. MARISCO, G. Estudos etnobotânicos em comunidades indígenas no Brasil. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, Vol, 10(2), 95-219, Abr-Jun 2016.

VASCONCELOS, G. P. S. S. DE; CUNHA, E. V. L. DA. Levantamento de Plantas Medicinais Utilizadas por Indígenas Potiguaras da Aldeia São Francisco (Litoral Norte da Paraíba). **Gaia Scientia**, 15 maio 2015.